

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁXIS PEDAGÓGICA

## UMA SIMBIOSE NECESSÁRIA

Por Ana Carolina Pando<sup>1</sup> e Heitor Menezes Gomes<sup>2</sup>

### Introdução

**A** Educação Ambiental, enquanto conceito consolidado, possui raízes aproximadamente no mesmo período histórico em que se iniciam as preocupações com as questões ambientais: as décadas de 1960 e 1970. A preocupação ambiental passa a delinear em função de uma série de desastres ambientais decorrentes da negligência para com medidas ambientais e sanitárias características do processo produtivo do contexto. Nesse cenário, em 1977, a Unesco realizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, cidade localizada então na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e atualmente capital da Geórgia.<sup>3</sup>

A Conferência representa um marco para a Educação Ambiental, tendo em vista como a institucionaliza, tornando-a um dos expoentes do assunto "Meio Ambiente". A partir disso, a sistematização do conhecimento sobre Educação Ambiental (doravante grafada como *EA*) vê-se incentivada, construindo-se assim um espaço rico para debates e trazendo-a facilmente para o meio científico. E, de fato, assim o foi.

Atualmente, a *EA* consta em publicações científicas, pesquisas,

curso, aulas e afins. Mesmo com todo este desenvolvimento, um problema inquietante se mantém: o desconhecimento generalizado acerca do verdadeiro significado de *EA*. Afinal de contas, quando se fala e se pensa em *EA* pelo senso comum, as mesmas caracterizações repetem-se invariavelmente, dizendo-se então que a *EA* trata de questões exclusivamente relacionadas ao meio ambiente natural, ou seja, fala-se de lixo, de economia de água, de desmatamento, e tudo isso sempre com um caráter educativo pobre.

Este texto busca responder a esta inquietação, definindo como objetivo o tratamento da questão da *EA* por uma ótica mais acessível e, ao mesmo tempo, profunda. Queremos, aqui, deixar clara a definição de *EA* enquanto prática educativa, mas também enquanto processo educativo e, principalmente, enquanto conceito indissociável da educação propriamente dita.

Assim, o texto conta com a seguinte estrutura: uma primeira parte para tratar da *EA*, seus conceitos, significados, princípios, ideias e afins; uma segunda parte para tratar da pergunta norteadora "O que há de Educação na *EA*?". Nela, serão discutidos aspectos teóricos e técnicos presentes na história da pesquisa em Educação, com a finalidade de demonstrar que a *EA* é muito mais do que falar de lixo e é, verdadeiramente, Educação. Em uma terceira parte, buscaremos concluir o texto apontando alguns perigos em

se tratar a *EA* superficialmente, reforçando a importância de (re)conhecê-la enquanto Educação.

### Mas, enfim, o que é Educação Ambiental?

Especificamente no Brasil, as discussões sobre *EA* começaram a se difundir a partir de meados da década de 1980, período em que foram organizados os primeiros eventos nacionais sobre o tema. Além disso, a partir deste momento, foram observados aumentos na atuação de ONGs ambientalistas que passaram a tratar também de *EA* em suas lutas e na produção acadêmica científica a respeito.<sup>4</sup>

Como foi tratado na introdução, o reconhecimento da importância da *EA* em escala global ofereceu grande incentivo para a sistematização de conhecimentos dentro da área, e sobre ela. Esse processo, porém, não se realizou sem disputas. A partir dos anos 1970, duas correntes de pensamento começam a se consolidar de forma concorrencial, cada uma se preocupando em ser a mais ouvida. A primeira delas foi chamada de Conservadora ou Comportamentalista, enquanto a segunda ficou conhecida como Transformadora, Crítica ou, ainda, Emancipatória.

Cada uma dessas correntes foram e são marcadas por concep-

1 Contato: [carolpando73@gmail.com](mailto:carolpando73@gmail.com).

2 Contato: [heitorgmenezes@gmail.com](mailto:heitorgmenezes@gmail.com).

3 Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. Pott e Estrela. 2017. [Acesse aqui](#).

4 Complexidade e Dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. Loureiro. 2005. [Acesse aqui](#).

ções de mundo e de fazer EA próprias, o que já abre espaço para um primeiro ponto importante: nos comprometemos a apresentar a real EA nesse texto, mas logo em seguida falamos em interpretações de EA. Como pode? Logo, sentimos ser importante nos justificarmos a respeito disso. Um texto não existe sem viés, sem interpretação. Por isso, quando nos propomos a trabalhar com o significado de EA, em realidade estamos trabalhando com o significado de EA **para nós**. Claro, todas as ideias aqui apresentadas são científicas e consolidadas, mas não estão livres do viés, uma vez que o próprio fazer científico não se isenta dele.

Esclarecimentos feitos, podemos voltar à caracterização das principais correntes ideológicas de EA. Como dizíamos, os diferentes projetos políticos de EA acreditavam em EAs substancialmente diferentes. De um lado, os defensores do pensamento Comportamentalista advogavam por uma EA muito focada no sujeito, que trabalhasse com a problemática ambiental a partir de uma perspectiva naturalista. Por causa disso, seus discursos frequentemente se apresentavam de forma despolarizada, indicando como caminho para a EA uma educação que convencesse indivíduos a consumir menos para impactar menos o meio ambiente. Faltava, para esse grupo, um pensamento socialmente localizado, ou seja, que levasse em consideração *quem* eram as pessoas em processo de educação e como essas identidades se relacionavam com todo o grande cenário político, social e econômico de seus contextos de vidas. Muitas vezes, chegavam a apelar para o misticismo a fim de resolver a crise ambiental que até hoje perdura.

A outra vertente, por sua vez, buscava realizar uma pedagogia ambiental que promovesse a autonomia das pessoas enquanto cidadãos. O debate, para esse grupo, era sempre politizado, uma vez que enxergavam a crise ambiental como uma multiplicidade de fatores que em muito extrapolavam os limites do meio ambiente natural, perpassando as nossas relações sociais e de produção. Para tal vertente, a

EA não poderia ser separada das noções de cidadania e participação social. Como dizemos, um texto não é neutro, e o presente texto simpatiza profundamente com o bloco político-pedagógico Emancipador. Deixamos claro, assim, que todas as nossas ideias posteriormente apresentadas estarão alinhadas dessa maneira.

Desta forma, respondemos à pergunta “O que é Educação Ambiental?” parafraseando a resposta com a qual Carlos Frederico Bernardo Loureiro, em um texto sobre EA já referenciado aqui, responde à pergunta “O que é Educação Ambiental de conteúdo emancipatório e transformador?": A EA é um processo educativo no qual se manifesta uma dialética entre forma e conteúdo capaz de promover transformações na atividade humana que, por meio do processo educativo, reflitam em mudanças individuais e coletivas. Nesta EA, a política participa ativamente, comprometida com a transformação social e a emancipação dos indivíduos e coletividades. Sentimos, porém, que esta resposta seja excessivamente abstrata. Para tentar amenizar este problema, vamos esclarecer alguns conceitos que acabam por emperar a interpretação do parágrafo, como *dialética, emancipação e política*.

O conceito de dialética é muito utilizado, e por isso contém uma miríade de resultados. Para nosso interesse, porém, uma interpretação específica será selecionada. De acordo com ela, a dialética se refere ao entendimento de que “nada se define em si como parte isolada”, ou seja, nos fenômenos e sistemas de nosso mundo, os elementos estão conectados, interconectados e sua compreensão passa necessariamente pela compreensão de suas relações. Assim, no contexto social, os seres humanos se tornam tanto sujeitos quanto objetos do processo de mudança social, com a qual a EA se compromete.

A busca por emancipação, por sua vez, significa a busca pelo desenvolvimento da capacidade de transformação social e de libertação de padrões sociais. Está relacionada aos processos de escolas conscientes dos cidadãos, que

entendem como o social e o político se constrói, e como eles existem neste meio. Este entendimento tem grande potencial de transformação social. O conceito de política com o qual trabalhamos aqui tem grande relação com o de emancipação, afinal, a emancipação é um processo político que se beneficia da política. Com isso, porém, não estamos falando somente da política partidária que vemos na televisão. O fazer político é muito mais profundo que isso e, nesse caso, necessita das pessoas para se concretizar, e não apenas de votos em urnas. Estamos falando, aqui, de disputa de interesses, organização e participação sociais, democracia e formas de vida social.

Falar de tudo isto pode ser bonito, mas ainda assim não permite uma visão clara de como se trabalha com EA. Afinal, se queremos que a prática da EA vá além da simples palestra sobre onde jogar o lixo e como economizar a água escovando os dentes, devemos ter estratégias para tal. A primeira verdade que se impõe aqui é que, em certa medida inescapavelmente, essas ideias se mantêm abstratas. Isso porque são em grande parte produtos do discurso, ou seja, produtos da linguagem, da forma como falamos e da forma como aquilo que falamos se relaciona a um contexto histórico e social, em grande parte apelando à subjetividade.

Mesmo assim, as estratégias práticas existem. Em uma pesquisa publicada em 2018,<sup>5</sup> as autoras nos apresentam quais as principais estratégias para EA que observaram em escolas. São diversas as práticas, e podemos listá-las aqui: Problemática; Atividades discursivas; Trabalhos em Grupos; Atividades de Divulgação; Modelização Didática; Atividades Expositivas; Atividades de Campo; Contextualização; Dramatização; Pesquisas; Atividades Experimentais e Atividades Lúdicas.

Parecem atividades educativas comuns, para quem estava falando de uma EA tão pomposa, não? Mas elas realmente o são,

5 Estratégias didáticas para o ensino de educação ambiental: um olhar para pesquisas. Zorzo e Bozzini. 2018. [Acesse aqui](#).

e por isso não podemos perder de vista nossa ideia principal: a EA é Educação.<sup>6</sup> Justamente em decorrência dessa aparente contradição, mas que na realidade faz muito sentido, a EA como realmente acreditamos que deva ser exige grande sensibilidade por parte da pessoa que assuma o papel de educadora - sensibilidade para utilizar destas ferramentas educativas de forma a imbuí-las discursivamente de elementos dialéticos de emancipação política. Vamos exemplificar melhor.

De todas as ferramentas educativas acima citadas, gostaríamos de chamar a atenção de uma em específico, e tomá-la como exemplo. Primeiro, pois a estratégia de problematização foi identificada em 90% dos trabalhos analisados pela referida pesquisa, a partir do que as autoras levantam a questão: seria ela uma tendência para uma EA mais efetiva? Acreditamos que sim.

Como será melhor visto adiante, o uso da problematização em educação não é novo e sua importância já há muito vem sendo apontada e discutida. Para nós, a problematização se destaca por dois motivos: primeiro, por ser a porta de entrada para a inserção de temas políticos que visem à emancipação em outros trabalhos escolares mais formais, já familiarizando os educandos com tais questões. Em segundo lugar, por ser a ferramenta substancialmente discursiva pela qual se instiga os educandos a refletir sobre sua própria realidade e seu lugar nela - o primeiro passo para a emancipação.

### O uso da problematização na Educação

Buscando discutir acerca do apontamento supracitado e trazendo à tona autores que trabalham com a perspectiva da problematização enquanto elemento fundante de uma educação libertária, John Dewey (1859-1952) destaca em seus estudos a importância de situações-problema para estimular

o processo reflexivo dos indivíduos, de modo a se apoiarem cooperativamente em seus pensamentos e no resgate de experiências úteis para suas resoluções. Segundo o autor, esse trabalho - se desenvolvido como uma causa significativa - dispõe como consequência a construção de uma nova ideia.<sup>7</sup>

Tomando como base o parágrafo anterior, faz-se possível perceber a importância de elementos relevantes no âmbito do indivíduo para a concepção de um novo conceito/perspectiva. Diante dessa questão, a teoria Freireana enfatiza a completude da experiência humana como fonte de conteúdo, não se pautando somente em aspectos intelectuais e/ou racionais. Dessa maneira, as particularidades do vocábulo e dos temas grupais (temas geradores) se configuram como a base para a problematização significativa, de modo a construir/desenvolver um conhecimento.<sup>8</sup>

Dando continuidade às discussões, Ausubel (1918-2008) destaca em sua teoria o conceito de aprendizagem significativa, sendo essa pautada na interação entre um novo conhecimento e as experiências prévias que acompanham os indivíduos. Se trabalhados dessa forma, os aprendizados se delimitam de uma maneira mais efetiva e relevante, já que se tornam orgânicos e frutíferos, resultando na base para novas descobertas.<sup>9</sup> Em consonância com o apontamento anterior, a "práxis" Freireana enfatiza a indissociação entre teoria e prática na busca por uma educação libertadora, já que representa uma ferramenta capaz de conduzir os indivíduos a uma postura investigativa, crítica e, conseqüentemente, emancipatória.<sup>10</sup>

Se baseando no que foi dito, percebemos o cerne da importância da problematização significativa no contexto educativo (e aqui

não estamos nos referindo somente à educação escolar): a problematização cooperativa - ou seja, grupal - estimula a compreensão de que as situações não são imutáveis, e essa sensação de mutabilidade permite que os indivíduos olhem à sua volta e percebam o seu entorno com um olhar curioso, investigativo. A partir do cenário exposto, o questionamento os insere em um papel de relevância para resolver aquele entrave (pois eles, nesse momento, têm em mãos a "práxis"), e assim, essa sensação de possibilidade os empodera, aumentando sua autoestima. Esse empoderamento, por sua vez, os auxilia na busca por novos conhecimentos, expandindo suas atuações. Dessa maneira, se amplifica gradativamente a emancipação, já que os insere em uma perspectiva de conscientização - termo que abordaremos durante o desenvolvimento do texto.

Feitas as devidas considerações acerca da problematização, apontaremos agora alguns fundamentos educacionais emancipatórios importantes para a construção da EA. Diante dessa questão, as discussões abordadas nesse momento complementarão a seção anterior.

### Consciência, conscientização, humanização e diálogo

Primeiramente, faz-se relevante mencionar o conceito de conscientização Freireana, já que esse se define como a base para superar a condição de oprimido de modo a caminhar para uma educação libertadora. Baseando-se<sup>11</sup> na teoria de Freire, destaca-se uma distinção entre a consciência e a conscientização, sendo a primeira uma característica a qual o indivíduo tem a potencialidade de obter, mas que para tê-la em sua posse, se faz necessário desenvolvê-la através da educação, tendo como consequência a consciência crítica, despertando, assim, um pertencimento e problematização de suas condições sociais.

Ainda no quesito educativo,

6 Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Tozoni-Reis. 2006. [Acesse aqui.](#)

7 Relações entre a Filosofia e a Educação de John Dewey e de Paulo Freire. Muraro. 2013. [Acesse aqui.](#)

8 O processo do conhecimento em Paulo Freire. Antonio Andreola. 1993. [Acesse aqui.](#)

9 Aprendizagem significativa: a pedagogia por projetos no processo de alfabetização. Kleinke. [Acesse aqui.](#)

10 A relação teoria e prática na educação em Freire. Fortuna. 2015. [Acesse aqui.](#)

11 Liberdade é conquista social? Freire e Vigotski na perspectiva da educação em direitos humanos. Moreira e Pulino. 2021. [Acesse aqui.](#)

as autoras mencionam que além de ser a base para a conquista da consciência, o processo educacional humaniza os indivíduos - outro conceito trabalhado por Freire - pois os coloca em uma posição de constante evolução. Como consequência e aprimoramento da dinâmica mencionada, a conscientização acontece quando as pessoas adquirem uma responsabilidade social pautada na solidariedade, ou seja, em ações conjuntas em prol de um bem comum. Mediada pelo diálogo, próximo conceito que abordaremos, a conscientização reúne a consciência individual e as insere em um âmbito coletivo, tendo como finalidade a busca pela liberdade. Assim, conjuntamente, a emancipação se torna possível.

Discorrendo agora acerca do diálogo e tomando como base a perspectiva da Aprendizagem Dialógica<sup>12</sup>, faz-se necessário que ele tenha como sua principal característica a igualdade entre os discursos, de modo a garantir uma interação democrática. Em consonância com a questão anterior, as teorias de Habermas e Freire amparam essa concepção, pois a primeira, descrita como ação comunicativa, enfatiza a linguagem como uma predisposição humana, sendo possível, dessa maneira, que mantenham uma comunicação. A teoria Freiriana, por sua vez, estabelece que o diálogo instiga a compreensão dos diferentes discursos existentes em uma interação, possibilitando o desenvolvimento de uma postura crítica, e ao mesmo tempo, reflexiva e solidária. Trazendo novamente à tona a coletividade da conscientização e inserindo-a nessa perspectiva, o diálogo permite que as individualidades não sejam sobrepostas, mas sim respeitadas e somadas. Dessa maneira, se transformam em combustível para impulsionar a busca pela liberdade.

Reunindo as discussões anteriores, já enfatizamos a importância da conscientização, da humanização e do diálogo. Nesse momento, ressaltaremos a relevância do processo educativo escolar para garantir o desenvolvimento desses con-

ceitos. A dimensão instrumental (um dos sete princípios da Aprendizagem Dialógica supracitada) se refere a aprendizagens acerca de conteúdos, habilidades e reflexões. Diante dessa questão, é preciso desmistificar o preconceito com a palavra "instrumento", pois não são os indivíduos que se instrumentalizam nessa perspectiva, mas sim porque a partir da educação escolar, desenvolvem ferramentas que os permitem participar ativamente no meio social e político.

Perante a essa vertente, quando mencionamos a dimensão instrumental, não estamos deixando de reconhecer a inteligência cultural dos indivíduos, ou seja, seus conhecimentos culturais e identitários, mas acreditamos - pautados no conceito de humanização - que todos possuem o direito e a capacidade enquanto seres humanos de estarem em constante aprendizado e evolução.

Em continuação, um outro aspecto que complementa os anteriores se refere à participação. Para Paulo Freire, a ação participativa resulta no aprendizado do próprio processo participativo, ou seja, "é participando que se aprende a participar".<sup>13</sup> Diante dessa questão, através da experiência de participação em sala de aula, os indivíduos possuem mais amparo e incentivo para atuarem em outros espaços do meio social, garantindo, assim, um desenvolvimento do processo democrático. Ademais, concomitantemente, a participação auxilia na criação de sentido educacional, desenvolvendo os indivíduos enquanto sujeitos de sua aprendizagem. Desta maneira, os conhecimentos se tornam mais efetivos, aumentando, assim, seu grau de compreensão e, consequentemente, de dimensão instrumental.

Relacionando os aspectos trabalhados nesta seção em forma de síntese, a educação problematizadora permite o desenvolvimento da conscientização, e essa, por sua vez, amparada pelo diálogo, pela participação e dimensão instrumental, propicia ao indivíduo a

permanência de suas identidades ao mesmo tempo em que não fique alheio à realidade circundante.

## O papel da Educação para a reprodução social

Analisada a relevância da educação no contexto do sujeito enquanto ser individual, social e político, apresentaremos agora os construtos educacionais propriamente ditos. Inicialmente, segundo o Art. 22 e o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.", bem como determina alguns princípios, como: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

Perante essa análise, pareceria claro que todas as características que citamos a respeito de uma educação libertária se efetivam, já que são assegurados por lei. Infelizmente, como vemos ao nosso redor, isso não acontece. Buscando analisar os motivos que dificultam esse direito, nos apoiaremos na teoria de Bourdieu (1930-2002).

Em seus estudos, Pierre Bourdieu desenvolve pesquisas a respeito dos mecanismos de **reprodução social** e como os indivíduos, nessa dinâmica, os legitimam através da absorção dessa estrutura. Para a melhor compreensão de sua teoria, apresentaremos dois conceitos fundamentais desenvolvidos pelo autor: *habitus* e *campo*, e, para isso, tomaremos como base trabalhos de Lenildes Almeida.<sup>14</sup>

Abordando primeiro o conceito de *habitus*, Bourdieu o denomina como um fator inconsciente e internalizado. Diante dessa questão, o *habitus* se desenvolve em di-

O conceito em questão representa a reprodução, por parte da sociedade, da estrutura hegemônica política, econômica e social. Assim, essa dinâmica é permeada por mecanismos de poder (sendo exemplos dessa ferramenta os capitais econômicos, culturais, simbólicos e sociais) que constroem e manipulam, através do *campo*, o *habitus* dos indivíduos.

12 Aprendizagem Dialógica. Comunidade de Aprendizagem. [Acesse aqui](#).

13 As tramas da participação na pedagogia freiriana: fundamentos para uma democracia radical. Pitano, Steck, Moretti. 2020. [Acesse aqui](#).

14 Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de "A reprodução". Lenildes Almeida. 2005. [Acesse aqui](#).

versos meios sociais (como família e escola, por exemplo), sendo normalmente conservado, mas podendo também se modificar dependendo das trajetórias sociais. Ainda no quesito do *habitus*, ele pode ser dividido em duas partes: *ethos* (referente a princípios incorporados capazes de conduzir as ações dos indivíduos) e *hexis* (vocabulos e atitudes). Assim, juntos e desenvolvidos no contexto social do indivíduo, evidenciam as características e classe social dos sujeitos. Em suma, a construção e a constância do *habitus* são essenciais para o processo de reprodução social.

No tangível ao *campo*, esse se configura como um espaço simbólico no qual acontecem legitimações de poder, sendo o meio social passível de diversas categorias desses espaços; esses, por sua vez, possuem suas especificidades. Em continuação, o lugar ocupado pelo indivíduo nessa estrutura se relaciona diretamente com o capital que ele possui, podendo ser, entre outros, cultural (sendo a escola inserida nesse espaço); social; econômico e simbólico (relacionado a características próprias dos diferentes grupos). Ainda no quesito da localização do indivíduo dentro do *campo*, sua posição determina o nível de acesso ao ensino, a política e as artes, por exemplo, e devido a essa questão esses espaços simbólicos são locais de disputa. Desta maneira, se desenvolvem táticas - como as escolares - para manter o monopólio do acúmulo do capital de modo a manter as posições dentro do campo. Dentro dessas estratégias, se encontra a ação pedagógica (não sendo voltada somente ao meio escolar) que se refere a coerções de modo a construir os *habitus* dos sujeitos baseados na cultura dominante. Segundo o sociólogo, a sobrevivência da dinâmica supracitada depende de mantê-la como desconhecida aos indivíduos para que não haja possibilidade de retaliação e mobilização.

Perante a essa vertente, a escola simboliza um espaço em que a ação pedagógica se torna mais evidente e eficaz por transmitir uma sensação de confiança e neutralidade se comparada a outras instituições. Assim, torna-se mais efeti-

vo desenvolver o arbitrário cultural dominante, sendo esse processo analisado como inquestionável devido à sua suposta neutralidade. Desse modo, o sistema escolar apresenta um instrumento ideológico que impõe a convicção da classe dominante, legitimando o arbitrário cultural.

Segundo Bourdieu, a dominação é esculpida como simbólica por ser mascarada, tornando-se mais efetiva de forma inversamente proporcional ao nível de consciência do indivíduo. Portanto, quanto menor a segunda, mais predominante a primeira se torna.

Em consonância com o apontamento anterior, o livro "Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões"<sup>15</sup> evidencia estudos do autor que são relevantes e hodiernos para compreendermos a sociedade atual. Resumiremos aqui um fragmento do capítulo denominado "A elaboração brasileira do não cidadão". Nesse trecho, a escola atual é exposta como um espaço opressivo que restringe os direitos dos indivíduos, de modo a focalizar em aspectos técnicos, consumistas e egoístas. Nesse sentido, a escola se desenha enquanto uma ferramenta de ascensão social que foca em desenvolver o indivíduo enquanto consumidor.

Relacionando as questões anteriores, apesar de distintas, as teorias possuem uma relação direta, isso porque evidenciam problemáticas voltadas ao meio escolar, e como essas se relacionam à imposição da cultura dominante (capitalista), defasando a cultura e os direitos dos indivíduos. Trazendo a análise para um viés opinativo, acreditamos que as teorias de Bourdieu e Santos se completam, pois o primeiro evidencia as dinâmicas e mecanismos da reprodução social, enquanto o segundo destaca evidências práticas desse processo. Ademais, nas próximas seções desenvolveremos com mais ênfase o aspecto neoliberal e sua influência no âmbito educacional.

Diante dessas análises, encontra-se, como produto das dinâmicas anteriores, a educação ban-

cária. Discorrendo acerca de sua definição e caracterização enquanto conceito, o termo foi amplamente trabalhado no livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, e se resume a uma forma unilateral e antidialógica de aprendizagem dos conhecimentos escolares. Partindo de uma construção temporal, destaca-se<sup>16</sup> que, na visão Freireana, a educação bancária representa um resquício da educação jesuítica no Brasil. Assim, o termo se caracteriza como uma metodologia pautada na repetição e fixação dos conteúdos, apoiados na mecanicidade, sendo o educador um instrumento de transmissão, e o aluno, por sua vez, um banco em que cabe ao docente depositar os conteúdos, tendo a memorização como principal tarefa educacional. Nesse sentido, esse processo não é conscientizador e libertador, já que se pauta no autoritarismo, de modo a desenvolver o adestramento.

## Educação e neoliberalismo

Trazendo a discussão para a atualidade, discutiremos agora o contexto educativo envolto nas políticas neoliberais e suas respectivas problemáticas para o alcance da educação emancipatória.

A respeito do neoliberalismo,<sup>17</sup> faz-se importante ressaltar que, em termos gerais, este modelo político-econômico se caracteriza pela diminuição do poder do estado em prol da propriedade privada, de modo a garantir o livre mercado. Diante dessa questão, buscando manter o enfoque de nosso texto, discutiremos os impactos da política neoliberal no aspecto educativo. Assim, principalmente a partir das diretrizes da segunda geração de políticas neoliberais, se apresenta a dinâmica de inserção da educação vinculada à Organização Mundial do Comércio (OMC), buscando transformar, desta maneira, o processo educativo em um produto comercializável e dependente das normas desta organização.

16 Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. Brighente e Mesquida. 2016. [Acesse aqui](#).

17 O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. Silva. 2005. [Acesse aqui](#).

Perante a essa vertente o indivíduo, no processo social e inclusive no educativo, quando inserido nessa dinâmica, torna-se um objeto, cujo enfoque se relaciona ao capital e o atendimento dos interesses hegemônicos. Assim sendo, como mencionado pelos autores, “A educação orientada pelas diretrizes neoliberais, de mercado, desloca-se do campo social para o político-econômico”.<sup>18</sup>

Nesse novo modo de se fazer educação, imerso na lógica neoliberal de mercado (ou seja, uma lógica em que tudo e todos são entidades apenas dignas quando capazes de concorrerem e se inserirem no mercado), um problema fica em evidência. A educação, quando mercadológica, não será verdadeiramente uma educação libertadora e, conseqüentemente, a educação ambiental também não corresponderá a um processo educacional emancipatório. Isso acontece, principalmente, pois não se faz, neste contexto, educação pensando na formação das pessoas enquanto tal, mas sim reduzindo-as à condição de entes capazes de concorrer no mercado.

Como o mercado exige certo conjunto de habilidades para não eliminar imediatamente concorrentes, a educação mercadológica será, portanto, uma educação pautada no treinamento, em vez da formação. A diferenciação destes conceitos é muito importante, uma vez que muitos outros animais que não o ser humano podem ser treinados, mas apenas nós podemos ser formados - não se fala de formar cães, nós os treinamos. Para a educação mercadológica, o treinamento, agora mote da prática pedagógica, será sempre determinado por aquilo que demanda o mercado, conseqüentemente excluindo todas as possibilidades de atendimento aos reais interesses das pessoas em processo educativo - poder-se-á substituir a expressão por processo de treinamento.<sup>19</sup>

Neste sentido, a educação

ambiental não crítica será, pura e simplesmente, adestramento ambiental, ou seja, processos de treinamento que busquem mudar o comportamento das pessoas em busca de um modo de viver “ambientalmente correto”. Essa forma de trabalhar educação, pobre em conceitos e em valor, ignora o fato de que, em primeiro lugar, as pessoas vivendo individualmente não são, nem de perto, as principais responsáveis pela crise ambiental contemporânea. Não adotar essa perspectiva significa, em suma, transferir a responsabilidade para pessoas que não carregam a culpa pelos desastres e treiná-las de acordo com os preceitos daqueles verdadeiramente responsáveis pela questão ambiental atual.

Na prática, isso significa ensinar que as pessoas estão destruindo o planeta por produzirem muito lixo de plástico, mas em nenhum momento questionar o que faz elas consumirem todos os produtos embalados no material, e muito menos refletir sobre quem está fazendo com que alternativas ao plástico não consigam sobreviver no mercado. Também significa culpar indivíduos pela crise hídrica, pois escovam os dentes com a torneira aberta, mas nunca considerar que não é o consumo doméstico o maior responsável pelo uso de água no Brasil.

Claro, isso tudo não significa que somos absolutamente contrários ao treinamento de boas práticas ambientais aplicadas à vida cotidiana. Contudo, julgamos inadmissível que algo que se pretenda EA seja pautado única e exclusivamente nestas práticas educativas, minando a libertação dos cidadãos.

### O papel da didática

Analisado os atuais entraves educacionais, ressaltaremos agora a importância do planejamento da ação docente, ou seja, a relevância da didática na construção de uma educação emancipatória.

Inicialmente, a prática de ensinar se refere a um processo multiforme, que envolve a metamorfose de ambos os sujeitos do processo (professores e estudantes) em uma relação dialética, envolta nas prá-

ticas sociais. Destaca-se assim a relevância ética da didática, configurada como uma área concomitantemente elucidativa e construtora de novas ideias. Perante a essa vertente, os caminhos e respostas da didática se dão através de processos diversos, pois as transformações promovidas através dela se derivam de problematizações, questionamentos, reflexões e atuações conscientes, de modo a desenvolver a *práxis* a partir da interação entre os indivíduos”. Assim, nessa análise, atribui-se papel fundamental ao professor e seu dever de desenvolver uma postura crítica ao invés de técnica, com o propósito de vincular a teoria e a prática em suas atuações. Neste sentido, a didática representa um meio de estudos com enfoque em trazer o ensino como uma prática social e política, pois

[...] é, acima de tudo, a construção de conhecimentos que possibilitem a mediação entre o que é preciso ensinar e o que é necessário aprender; entre o saber estruturado nas disciplinas e o saber ensinável mediante as circunstâncias e os momentos; entre as atuais formas de relação com o saber e as novas formas possíveis de reconstruí-las.<sup>20</sup>

Diante dessas análises, acreditamos na importância da didática no contexto da EA, já que desenvolve meios de emancipação, com enfoque não somente no conteúdo escolar, mas também em sua função social. Como visto, então, a EA precisa ser conscientizadora, humanizadora, dialógica, problematizadora e apoiada na didática.

Isso implica, portanto, que não consideramos ser EA verdadeira os processos educativos que não levem em consideração as características anteriores ou elementos semelhantes. Respondendo à questão “O que NÃO é Educação Ambiental?”, salientamos: a educação ambiental, como a educação em si (considerando que são, real-

18 O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. Eisenbach Neto e Campos. 2017. [Acesse aqui](#).

19 Educação ou adestramento ambiental? Brügger. 1993. [Acesse aqui](#).

20 A construção da didática no GT Didática - análise de seus referenciais. Pimenta, Fusari, Almeida e Franco. 2013. [Acesse aqui](#).

mente, todas Educação), não pode ser acrítica. Não pode deixar de problematizar, não pode jamais perder de foco a formação de cidadãos e a emancipação deles como tal. A EA não pode ser bancária, empobrecendo-se ao nível de treinamento, muito menos deixar de ser realizada com didática. Além disso, para a prática da verdadeira EA na nossa concepção, encorajamos fortemente o uso de diversas estratégias pedagógicas a fim de libertar um pouco educadores e educandos das amarras de uma simplicidade excessiva, característica da EA que se resume a cartilhas e cartazes de promoção de boas práticas ambientais.

### **Considerações finais**

Esperamos que, com este tex-

to, pessoas atuantes na área da Educação, da Educação Ambiental e quaisquer outras interessadas possam ter refletido um pouco a respeito daquilo com que trabalham ou saber mais a respeito de algo que talvez desconheçam até então. Não queremos ser pretensiosos com nosso tom às vezes ácido, e apontar o dedo na cara de profissionais que atuam na área. A questão principal que motivou este texto, em primeiro lugar, foi a insatisfação com a forma como a EA se manifesta no senso comum e até em centros educativos que formam profissionais para a área ambiental.

Enxergamos que, ainda, a EA é tratada como uma simples vertente da Educação que vá falar exclusivamente de temas ambientais no sentido estrito do termo, ou seja, temas sobre água, lixo e afins. Mui-

tas vezes, as pessoas, quando vão discutir estratégias de EA, pensam em cartilhas, gibis, cartazes, desenhos que treinem as crianças. Tentamos, portanto, atacar exatamente este senso comum.

Queremos, com esse texto, que as pessoas possam, em primeiro lugar, ter entendido a educação ambiental em toda a sua profundidade. Em segundo lugar, esperamos resgatar um pouco das teorias pedagógicas que constituem a EA para deixar clara a forma como ela se origina da Educação e como, a qualquer momento em que quisermos saber mais sobre como fazer EA, temos literatura científica à disposição para recorrer. Não precisamos nos restringir às cartilhas do governo. Podemos ler Paulo Freire, por exemplo! ■